



Designação	2010	2011	2012	2013
Despesa Corrente	45.535,0	44.986,9	52.457,9	64.900,3
Despesa com Pessoal	10.204,9	12.674,1	13.456,0	17.680,7
Salários e encargos	1.854,3	1.253,6	1.567,1	2.096,4
Outros salários e encargos	8.350,6	11.420,5	11.888,9	15.584,3
Despesas de Capital	2.986,0	3.007,5	1.098,1	2.074,3

Um Olhar Sobre a Despesa Pública

Centro de Integridade Pública

Boa Governação - Transparência - Integridade ** Edição Nº 09/2016 - Abril - Distribuição Gratuita

DESASTRE DA DÍVIDA PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE:

Vai o governo continuar a pautar por falta de transparência?

Nas últimas semanas Moçambique tem feito manchete nos grandes jornais económicos do mundo devido à situação económica e à dívida externa. O CIP pretende dentro da sua área de pesquisa sobre a despesa pública produzir várias notas com o objectivo de promover um debate público responsável e informado sobre o tema da dívida externa. Perante os factos até agora reportados através dos meios de informação internacional e dos comunicados de imprensa do governo moçambicano, o CIP insta ao Governo a, independentemente das discussões em Washington, informar imediatamente o cidadão moçambicano da situação factual das questões que surgiram em torno da dívida, mediante uma explicação exaustiva das dívidas EMATUM/ProIndicus, e quaisquer outras que possam existir.

A. Pontos do CIP sobre a Dívida Pública para Discussão

- O Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou na semana passada que surgiram dúvidas quanto à informação dada pelo Governo ao FMI sobre a dívida externa de Moçambique, informação essa

relacionada com um artigo do Wall Street Journal do dia 3 de Abril¹ que revelou novas dívidas, antes não declaradas, a uma empresa da área de segurança e defesa nacional – chamada Pro-Indicus – e para a Base Logística de Pemba.

- Numa declaração na sexta feira, dia 15 de Abril, a Directora do Departamento da África do FMI, Antoinette Sayeh, indicou que o FMI pediu esclarecimentos ao Governo referente a essas dívidas antes não declaradas de “mais de um bilhão [mil milhões] de dólares”. Entretanto, a missão de supervisão do FMI do “Stand-by Credit Facility” (SCF, programa financeiro com Moçambique por uns 280 milhões de dólares aprovado pelo Conselho Administrativo do FMI em Dezembro de 2015) programada para final de Abril/princípio de Maio foi suspensa até o FMI receber clarificações satisfatórias sobre as dívidas.
- Uma equipa do Ministério de Economia e Finanças e do Banco de Moçambique

1 “Tuna and Gunships: How \$850 Million in Bonds Went Bad in Mozambique”, Wall Street Journal.

está em Washington, sede do FMI, para esclarecer a situação. O Ministro da Economia e Finanças, Dr. Adriano Maleiane, declarou nesse contexto que “Houve alguma confusão [quanto à dívida EMATUM] e acabou colocando Moçambique num barulho sem necessidade. Tudo aquilo que tem a garantia do Estado está garantido. Nós assumimos tudo o que havia sido assumido pelo Governo. Essa é a tranquilidade que eu continuo a dar aos investidores”.

- O CIP está seguindo estes desenvolvimentos com muita preocupação. Desde 2014, a economia moçambicana está sofrendo uma queda significativa de receitas totais, inclusive em divisas, que tem um impacto directo na saúde financeira da economia do país, em geral, e das finanças públicas, em especial.
- O ano 2016 vai ser mais difícil ainda, mesmo se o Orçamento do Estado (OE) aprovado para 2016 indique níveis de receitas maiores do que os realizados em 2015. Em duas publicações,² o CIP questionou tanto a proposta do OE 2016 enviado à Assembleia da República (AR), como o OE 2016 aprovado pela AR. Isto, porque o CIP apresentou questões quanto à solidez das projecções fiscais: o CIP não considerava realista incrementar ou mesmo manter níveis de receitas ligadas à conjuntura internacional quando esta conjuntura está a deteriorar-se. De facto, na altura das críticas do CIP (entre Outubro de 2015 e Fevereiro de 2016), o Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique para 2016 foi estimado entre 7% e 5,6%. Em Março de 2016, o próprio Ministro da Economia e Finanças

admitiu que o PIB podia descer para 5% e a “Economist Intelligence Unit” (revista especializada britânica) estima um crescimento do PIB moçambicano de 4,8% para 2016. O CIP mantém a sua posição de que as estimativas apresentadas no OE 2016 não são realistas.

- A suspensão do FMI do programa SCF (temporariamente) terá como impacto para Moçambique o não desembolso de divisas do FMI. O anúncio em si tem um forte impacto nos desembolsos dos outros parceiros de Moçambique e, mais ainda, do sector privado. Investimentos programados do sector privado estrangeiro com certeza vão diminuir, o que de forma imediata afectará ainda mais as receitas de divisas para o país. Além disso, as expectativas dos agentes económicos em Moçambique vão ser influenciadas pelos últimos acontecimentos, o que imediatamente tem um impacto negativo na taxa de câmbio – um factor que já se está observando (a taxa de câmbio no sector informal esteve em MT 61.90 na quarta feira, 20 de Abril).
 - O povo moçambicano merece esclarecimentos detalhados e oportunos como resultado das discrepâncias notadas nas declarações de imprensa do FMI e do Governo (ver Anexo 1, Declarações de Imprensa do FMI e do Governo):
 - ✓ **O FMI diz** que “O empréstimo ... não foi divulgado...Recomendámos às autoridades para que quaisquer transacções relacionadas com a dívida e que não tenham sido revelados, independentemente do seu objectivo, sejam reportadas publicamente e de uma forma transparente. Essa divulgação é essencial para garantir a plena responsabilização do Governo perante os seus cidadãos e perante o parlamento...”
- O Ministro da Economia e Finanças**

² “Análise da proposta do orçamento 2016 de um ponto de vista macroeconómico” e “Falhas no orçamento 2016 aprovado pela Assembleia da República”.

diz que “a dívida conhecida actualmente nunca foi escondida. Trata-se de um empréstimo no valor de 622 milhões de dólares concedidos a Pro-Indicus, com garantia do Estado. Ou seja, além da EMATUM, o Estado assegurou a dívida de mais uma empresa. Maleiane explica que a dívida pareceu escondida, porque os bancos que emprestaram o dinheiro não informaram aos investidores.” O Ministro admite que os investidores não foram informados. Omite que o povo moçambicano também não foi informado – em nenhum momento o Governo notificou nem o povo nem a AR duma dívida contraída em nome da Pro-Indicus! Mais ainda, o Ministro das Finanças só se manifestou sobre a Pro-Indicus depois da dívida ter sido divulgada pela imprensa internacional. Para além disso, o Ministro deixa claro que os investidores seriam os únicos interessados em saber da dívida da Pro-Indicus, excluindo categoricamente o povo moçambicano!!!

- ✓ **O FMI diz que** “O empréstimo que não foi divulgado ultrapassa um bilião [mil milhões] de dólares”, enquanto que **o Ministro Maleiane diz:** “Trata-se de um empréstimo no valor de 622 milhões de dólares concedidos a Pro-Indicus”. Existe, portanto, discrepância num montante de uns 400 milhões de dólares que deve ser esclarecido.
- ✓ **O comunicado do Gabinete de Agostinho do Rosário diz que** “O Primeiro-Ministro vai igualmente confirmar o total da dívida contraída pelas empresas públicas, com garantias do Estado, que não aparecem nas estatísticas e não foram reportadas ao FMI, no contexto do Programa Económico em curso, por motivos que serão abordados

durante os encontros supracitados.” O comunicado parece indicar que há dívida que não aparece nas estatísticas (e que não foram reportadas ao FMI), em contradição directa com a afirmação do Ministro Maleiane.

- Os três comunicados acima referidos, nomeadamente do FMI, do Ministro das Finanças e do Primeiro-Ministro evidenciam falta de interesse por parte do Governo de permitir aos cidadãos moçambicanos o acesso a informação sobre a situação económica e financeira do país. Enquanto o FMI insta ao Governo a divulgar a real situação económica e financeira aos moçambicanos, o Ministro mostra que está preocupado em prestar contas aos investidores dando uma ideia de que a informação veiculada na imprensa nacional e internacional não passa de um mal-entendido; por sua vez, o Primeiro-Ministro preocupa-se em admitir ao FMI que existe uma dívida contraída pelas empresas públicas que não aparece nas estatísticas reportadas a esta instituição da Bretton Woods.
- O CIP também quer enfatizar que nem a dívida contraída para a EMATUM em 2013, cujo conhecimento pelos cidadãos moçambicanos também não foi de forma muito transparente por parte do Governo, nem estas novas dívidas, foram aprovadas pela AR. Esta falta do Governo em cumprir e respeitar o quadro legal e jurídico estabelecido dentro do marco democrático de Moçambique, também referenciado numa nota recente do CIP³, constitui em si uma preocupação enorme da sociedade civil. O CIP, portanto, insta ao Governo a fazer uma apresentação completa

3 Veja a nota “Governo Deve Esclarecer Alegada Existência de Dívida da Pro-Indicus” no link: <http://www.cip.org.mz/article.asp?lang=&sub=crrp&docno=457>

e transparente à AR das transacções na área da dívida pública dos últimos três anos, pedindo autorização das mesmas, para que assim o povo de Moçambique seja informado pela via mais correcta no marco dos nossos processos democráticos.

B. Por que é importante ter informação completa da dívida pública de Moçambique

O facto do FMI suspender a vinda duma missão de avaliação do programa financeiro concedido a Moçambique é drástico e acontece poucas vezes nas relações entre o FMI e os seus países membros. Ocorre, como neste caso, quando surgem dúvidas quanto aos parâmetros macroeconómicos incorporados no programa financeiro, caso da dívida pública e a projecção dos pagamentos da mesma.

Eis, portanto, as razões por que o FMI tomou este passo drástico:

O FMI oferece programas financeiros a países que precisam de ajuda quando enfrentam problemas económicos não antecipados, como quedas nos preços dos seus produtos de exportação resultando em problemas de liquidez para o Governo – é o caso de Moçambique. Para aceder ao empréstimo do FMI os países devem sempre apresentar um programa macroeconómico que resolve os problemas financeiros de curto prazo (falta urgente de divisas/liquidez do Governo) mediante medidas de ajuste a curto, médio e longo prazos.

Ao elaborar um programa de ajuste, o FMI junto, com o Governo, finaliza projecções para o futuro (com ênfase nos próximos 2-3 anos) das variáveis referidas como macroeconómicas, quer dizer: do crescimento da produção na economia (PIB); do défice orçamental (o que determina, em última instância, quantos

meticais o Governo irá pedir ao Banco de Moçambique, quer dizer, imprimir dinheiro); das variações na base monetária; das taxas de juros; da inflação; do movimento na taxa de câmbio; do défice da balança de pagamentos; e de outros mais.

É importante notar que para aprovar um programa financeiro com um país, o FMI precisa de ter certeza que esse programa será financiado. Isto implica tomar em conta todos os recursos próprios do Estado (sobretudo impostos), ajuda financeira dos parceiros (donativos e créditos concessionais) e um montante de crédito do Banco de Moçambique (limitado a um nível que é consistente com a meta de inflação e de depreciação da taxa de câmbio, entre outras variáveis) para chegar ao défice que pode ser financiado com estes pressupostos de recursos disponíveis.

As projecções de cada uma das variáveis macroeconómicas estão inter-relacionadas, quer dizer, se se aumenta o défice do orçamento, aumenta a base monetária, aumentam as taxas de juros, aumenta a inflação, aumenta a depreciação da taxa de câmbio, etc. Também é certo que, se houver aumento na meta da inflação, se pode aumentar o défice. O critério para chegar aos níveis apropriados para a economia é que se deve proteger o nível de compra da população – quer dizer, que a inflação e a depreciação da moeda devem entrar numa diminuição em curto ou médio prazo.

Um elemento importante que entra no cálculo do défice orçamental são os pagamentos da dívida pública – os juros e as amortizações. Como são pagamentos, aumentos neles influenciam (assim como as quedas nas arrecadações dos impostos, despesas imprevistas, etc.) o défice do orçamento e, junto com as possibilidades de financiamento, determinam a magnitude máxima desse défice.

Se de repente surge dívida cujo serviço (pagamentos dos juros e das amortizações) não foi tomado em conta na elaboração do défice orçamental, implica que estas necessidades de pagamentos se adicionam ao défice já estabelecido. Ao aumentar este défice já não é possível manter as metas antes estabelecidas da base monetária, taxas de juros,⁴ inflação, depreciação da taxa de câmbio, etc. Neste momento, o programa converte-se num programa não financiado – e o FMI pára o programa para entender o que aconteceu e como restabelecer um equilíbrio das variáveis macroeconómicas.

O programa financeiro SCF aprovado pelo FMI em Dezembro de 2015 entrou nesta situação na semana do 11 de Abril. Ao surgir novas dívidas que previamente não foram conhecidas e, portanto, cujos pagamentos não foram projectados, o FMI precisa de saber os montantes implicados. O que nos é dado a entender na conferência de imprensa do FMI é que até essa altura o FMI tinha um total desconhecimento dos termos da dívida (juros, amortizações, período de pagamento – os termos desses empréstimos).

Surgiu agora também um certo elemento de desconfiança neste processo: se só agora foi possível descobrir as dívidas antes não reportadas, como o FMI pode estar seguro de que não vão aparecer mais transacções

deste tipo e que possam desequilibrar o financiamento do programa acordado?

Para pôr em perspectiva a importância da dívida externa do Governo, mencionamos alguns aspectos:

- Os encargos da dívida (juros) referentes à dívida externa no Orçamento do Estado (OE) 2016 são de 5,3 mil milhões de meticais (MMT), aos quais se adicionam as amortizações da dívida externa de 8,7 MMT, para totalizar 14,9 MMT. Isto representa 6,2% das despesas totais, 2,0% do PIB e 5,9% das exportações de bens.⁵
- Este último rácio dos pagamentos da dívida em relação às exportações de bens tem relevância especial, pois está ligado directamente às receitas em divisas de Moçambique. Comparado com outros países da região, o rácio não é (ainda) exorbitante: em 2014, a Zâmbia teve um rácio de 3,7%, o Malawi de 4,2%, a África do Sul de 8,6% e Angola de 10,7%.
- O que sim preocupa é que entre a versão da Proposta do OE 2016 e a versão aprovada pela AR, os encargos de dívida aumentaram em 23,7%, de 10,1 MMT a 12,5 MMT. Ainda, em 2015 essa rubrica era só de 5,5 MMT e em 2014 de 3,7 MMT. Nota-se, portanto, um aumento vertiginoso nestes pagamentos e isto sem tomar em conta as novas dívidas que surgiram.

4 Com efeito, o Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique, no seu Comunicado N.º 04/2016, de 20 de Abril de 2016, que descreve os desenvolvimentos provisionais na economia de Moçambique até Março de 2016, relata que “a base monetária, variável operacional da política monetária, incrementou em 343 milhões de Meticais, para 70.297 milhões, o que em termos de saldo médio corresponde a um desvio de 3.746 milhões de Meticais (+5,6%) em relação à meta indicativa estabelecida para o período.” Assim mesmo, o CPMO anunciou um aumento dos juros da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez de 10,75% a 12,75%, um aumento de 200 pontos base, ou seja, aumento de 2 pontos percentuais.

5 A cifra do PIB 2016 de 673 MMT foi retirada do relatório do FMI (“Relatório do Corpo Técnico Sobre ...o Pedido de um Acordo de 18 Meses ao Abrigo da Linha de Crédito Stand-By”), Número 16/9 de Janeiro do 2016. A percentagem dos pagamentos da dívida em relação às exportações de bens foi calculada usando a cifra projectada para as exportações de bens no mesmo relatório do FMI (3.643 milhões de dólares) e convertida com uma taxa cambial média para 2016 de 65 meticais/dólar, projectada pelo CIP.

C. Com a exploração do gás natural, na bacia do Rovuma, os moçambicanos poderão obter algum benefício excluindo os pagamentos do serviço da dívida pública?

No final das contas, o FMI não só está preocupado pelo aspecto financeiro mas também pelo aspecto de transparência. É por isso que na declaração de imprensa de 15 de Abril o FMI insta ao Governo “que quaisquer transacções relacionadas com a dívida e que não tenham sido reveladas, independentemente do seu objectivo, sejam reportadas publicamente e de uma forma transparente. Essa divulgação é essencial para garantir a plena responsabilização do Governo perante os seus cidadãos e perante o parlamento e para permitir uma avaliação correcta do impacto da dívida previamente não revelada em relação à perspectiva macroeconómica”.

A Transparência, por sua vez, é importante para que os cidadãos moçambicanos tenham noção do que representa uma dívida soberana. Ora, dívida soberana “é uma dívida assumida ou garantida por um ente soberano (um Estado ou o seu Banco Central)... e as possibilidades de reembolso são, portanto, estreitamente ligadas à capacidade fiscal do país emissor e, portanto, ao seu desempenho económico e à sua gestão orçamentária. A partir desses critérios atribui-se nota de risco de uma dívida soberana, sendo que a relação endividamento/ PIB é uma das bases dessa avaliação”.⁶ Significa que os credores para ceder estes empréstimos avaliaram positivamente a capacidade de reembolso do país (provavelmente baseada nas expectativas sobre as receitas do gás natural líquido, GNL) e, não havendo o fluxo esperado de divisas, o impacto directo será no

aumento do défice orçamental e consequente deterioração dos indicadores acima referidos. Assim sendo, é importante divulgar qual será o impacto real decorrente do pagamento da dívida sem uma entrada significativa de divisas e, não havendo entradas de divisas, quais serão os reais benefícios que os moçambicanos terão da exploração do gás natural da bacia do Rovuma, excluindo os pagamentos do serviço da dívida pública.

Baseadas nas projecções do FMI,⁷ as receitas fiscais dos projectos só seriam significativas em meados da década de 2020 (p. 25). Dado que o acréscimo das receitas futuras relacionadas com a produção de GNL só deve vir a concretizar-se depois de 2025, entre meados a finais dos anos 2020, é fundamental uma gestão cuidadosa dos recursos. A Tabela 1 (página 12 do anexo sobre a Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa) indica que o rácio das receitas fiscais em relação ao PIB está projectado para um aumento que varia de 27% em 2020 a 27,6% em 2025. O relatório diz: “Embora a produção de gás possa se elevar rapidamente durante o início da década de 2020, as receitas orçamentais durante os primeiros anos seriam limitadas por causa da pesada recuperação dos custos dos investimentos contínuos na construção das instalações de liquefação” (Caixa 1 do anexo citado). Além disso, estas projecções foram feitas no final de 2015 e, desde então, a conjuntura internacional se deteriorou quanto a preços de GNL. O relatório cita especificamente vários riscos que podem afectar as projecções de forma negativa, como são: preços de venda do gás que poderiam flutuar e ficar abaixo dos pressupostos; uma desaceleração duradoura da economia mundial que poderia desencadear novas quedas dos preços internacionais do gás; adiamento das actividades das empresas relevantes

6 https://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%ADvida_soberana.

7 “Relatório do Corpo Técnico Sobre ...o Pedido de um Acordo de 18 Meses ao Abrigo da Linha De Crédito Stand-By”, Número 16/9 de Janeiro do 2016.

nos mega-projectos. Em especial, as receitas orçamentais poderiam ser particularmente sensíveis à queda dos preços do gás, pois a maior parte das receitas está relacionada aos lucros dos projetos. *O CIP realça que isto implica que para os pagamentos da dívida original (conhecida) da EMATUM, que está sujeita a um pagamento único em 2023 (“balloon payment”) de uns 727 milhões de dólares (equivalente a 38,3 MMT à taxa de câmbio oficial actual e 21,7% das Receitas do Estado orçamentadas para 2016), o Governo não teria ainda os recursos próprios necessários. O pagamento da dívida, com os pressupostos actuais, necessitaria de uma forte componente de financiamento interno – quer dizer, aumento na inflação e na taxa de câmbio. Esta componente aumentará com os pagamentos das dívidas recentemente “descobertas”, como a da Pro-Indicus, e uma outra ligada à Base logística de Pemba, que ainda nem se sabe quão onerosos são os termos dessas dívidas contraídas.*

D. Conclusões

O facto de o Governo não revelar certas dívidas externas durante as negociações com o FMI é um desastre que vai para além de números. Se isso não for suficiente, a dívida da EMATUM, conhecida também só como um lapso não explicável (e recentemente restructurada), também foi um desastre do ponto de vista de contratação e gestão referente à viabilidade do projeto, transparência, e peso financeiro para o país.

Desde o 3 de Abril, quando apareceu o artigo no Wall Street Journal que revelou a estratégia indecorosa do Governo referente às dívidas não reportadas, passaram quase três semanas. Outro desastre é o facto de que o Governo ainda não viu a necessidade de informar o povo moçambicano— dar explicações a AR--dos detalhes das transações. Se é justificável e necessário enviar delegações de alto nível

a Washington, de primeiros-ministros, ex-primeiros ministros, ministros, governadores, também é necessário organizar reuniões de alto nível aqui dentro do país para informar aos moçambicanos. *O CIP insta ao Governo a organizar um encontro com a AR o mais rápido possível e disseminar a todos os cidadãos as discussões deste evento, para satisfazer as obrigações do Governo na disponibilização de informações transparentes ao povo moçambicano sobre finanças públicas.*

ANEXO 1. DECLARAÇÕES DE IMPRENSA DO FMI E DO GOVERNO

A. Declaração de imprensa do FMI

Em conferência de imprensa em Washington, na sexta-feira, dia 15 de Abril, a Directora do Departamento Africano do FMI, Antoinette Sayeh, disse que o FMI recebeu, na semana passada, a confirmação da existência de avultados empréstimos que não haviam sido revelados anteriormente ao FMI: “O empréstimo que não foi divulgado ultrapassa um bilhão [*mil milhões*] de dólares norte-americanos e, significativamente, muda nossa avaliação da perspectiva macroeconómica de Moçambique. Estamos actualmente a determinar- em cooperação com as autoridades- os factos relativos a este empréstimo. Recomendámos às autoridades para que quaisquer transacções relacionadas com a dívida e que não tenham sido revelados, independentemente do seu objectivo, sejam reportadas publicamente e de uma forma transparente. Essa divulgação é essencial para garantir a plena responsabilização do Governo perante os seus cidadãos e perante o parlamento e para permitir uma avaliação correcta do impacto da dívida previamente não revelada em relação á perspectiva macroeconómica- e ainda para se avaliar o impacto dessas possíveis transacções em acordos apoiados pelo FMI para Moçambique. A missão do FMI para Moçambique que tinha como objectivo rever os acordos do país ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política (*Policy Support Instrument*, PSI) e da Facilidade de Crédito “Standby”⁸ foi cancelada, na pendência de uma divulgação completa e apreciação dos factos.”

B. Declaração do Ministro da Economia e das Finanças, Dr. Adriano Maleiane

(Fonte: *O Pais*, 19 de Abril 2016)

O Ministro da Economia e das Finanças garantiu, hoje [15 de Abril], que não existe nenhuma dívida escondida relacionada à EMATUM. Adriano Maleiane reconhece, no entanto, que existe um empréstimo com garantia do Estado no valor de 622 milhões de dólares.

“Houve alguma confusão e acabou colocando Moçambique num barulho sem necessidade. Tudo aquilo que tem a garantia do Estado, está garantido. Nós assumimos tudo o que havia sido assumido pelo governo. Essa é a tranquilidade que eu continuo a dar aos investidores”, disse Maleiane.

O Ministro da Economia e Finanças diz que a dívida conhecida actualmente nunca foi escondida. Trata-se de um empréstimo no valor de 622 milhões de dólares concedidos a Pro-Indicus, com garantia do Estado. Ou seja, além da EMATUM, o Estado assegurou a dívida de mais uma empresa. Maleiane explica que a dívida pareceu escondida, porque os bancos que emprestaram o dinheiro não informaram aos investidores.

“O que os investidores não sabiam é que em 2013 os dois bancos que organizaram a operação emprestaram 622 milhões de dólares a outra empresa Pro-Indicus para financiar a compra de navios e instalações de radar para combater a pirataria... Infelizmente a forma como o processo foi conduzido pode ter levado a esta confusão”.

8 O PSI é um mecanismo concebido para países que não querem ou não precisam de assistência financeira desta instituição multilateral de crédito, mas que precisam da assessoria, monitoria e aprovação das suas políticas. O “Stand-by Credit Facility” (SCF, Facilidade de Crédito “Stand-by”) é o programa financeiro que o Governo negociou com o FMI por uns 280 milhões de dólares, aprovado pelo Conselho Administrativo do FMI em Dezembro de 2015.

O Ministro lamenta que a confusão tenha afectado a credibilidade externa do país. “Afectou, o investidor ficou na dúvida, na incerteza. Quem repassou o crédito é que devia tranquilizar esses investidores. Queriam ter só a certeza de que o Estado ainda continua a incluir isso como responsabilidade”, finalizou Adriano Maleiane.

C. Declaração do Primeiro Ministro de Moçambique, Carlos Agostinho do Rosário

(Fonte: O País, 19 de Abril 2016)

O primeiro-ministro viaja aos Estados Unidos da América para confirmar o total da dívida contraída com garantia do Estado. ... Carlos Agostinho do Rosário vai esclarecer às dúvidas sobre a dívida pública, em particular os empréstimos concedidos com garantia do Estado. Na lista constam a dívida da EMATUM e da Pro-Indicus - esta última conhecida recentemente através da imprensa internacional.

De acordo com um comunicado do gabinete do primeiro-ministro, “Carlos Agostinho do Rosário irá manter encontros em separado com a directora-geral do Fundo Monetário Internacional, responsáveis a nível do Banco Mundial, assim como com as autoridades norte-americanas”. ...O primeiro-ministro vai a Washington também com objectivo de esclarecer a dívida. “O Primeiro-Ministro vai igualmente confirmar o total da dívida contraída pelas empresas públicas, com garantias do Estado, que não aparecem nas estatísticas e não foram reportadas ao FMI, no contexto do Programa Económico em curso, por motivos que serão abordados durante os encontros supracitados”, diz o comunicado do Gabinete de Agostinho de Rosário.

Ficha Técnica

Director: Adriano Nuvunga

Equipa Técnica do CIP: Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Jorge Matine, Stélio Bila;

Assistente de Programas: Nélia Nhacume

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Design e Layout: Nelton Gemo

Contacto:

Centro de Integridade Pública (CIP)

Bairro da Coop, Rua B, Número 79

Maputo - Moçambique

Tel.: +258 21 41 66 25

Cel.: +258 82 301 6391

Fax: +258 21 41 66 16

E-mail: cip@cip.org.mz

Website: www.cip.org.mz

Parceiros



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development
and Cooperation SDC



INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP
Open Budgets. Transform Lives.



Koninkrijk der Nederlanden

